

Date: Wed, 16 Jan 2008 09:37:05 -0500
From: "Dotcom Express" <ronaldo@cardonetti.com>
To: <abusando@abusando.org>

Subject: Declaração de integrante do CGI.br – Comitê Gestor Internet Brasil Sr. Carlos Afonso UR GENTÍSSIMO

X-Mailer: Microsoft Windows Mail 6.0.6000.16480

<
enviar para

To: <cg-core@cgi.br>

Cc: <hostmaster@registro.br>; urcc.cgpfaz@dpf.gov.br, Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos MPF PR/SP
<sgsuiama@prsp.mpf.gov.br>; Cyber Crimes PR <cibercrimes@pc.pr.gov.br>; Cyber Crimes SP <dig4@policia-civ.sp.gov.br>; Cyber Crimes SP <4dp.dig.deic@policiacivil.sp.gov.br>; Cyber Crimes RJ <drci@policiacivil.rj.gov.br>; Cyber Crime s DF <dicat@pcdf.df.gov.br>; Cyber Crimes ES <nureccel@pc.es.gov.br>; <conta to@safernet.org.br>; <cert@cert.br>; <gabmin@mct.gov.br>; <abdi@abdi.org.br>; <agencia@camara.gov.br>; <djctq.snj@mj.gov.br>; <cedpa@camara.gov.br>; <atheniense@gmail.com>; <ouvidoria@camara.gov.br>; <acc@tcm.sp.gov.br>; <regobarrosadv@glob o.com>; <agencia@senado.gov.br>; <etica@planalto.gov.br>; <tv@stf.gov.br>; <fale conosco@cade.gov.br>; <crimes.internet@dpf.gov.br>; <eticanatv@camara.gov.br>; <radiojustica@stf.gov.br>; <denuncias@abusando.org>; <esp_pl@tce.sp.gov.br>; <web gab@mct.gov.br>; <adcon@tcu.gov.br>; <secom@planalto.gov.br>; <tbrasil@transpare ncia.org.br>; <dpdc@mj.gov.br>; <cidadao@camara.gov.br>; <zpierdona@prsp.mpf.gov.br>

Subject: Re: [CG-CORE] Denuncia Internet

Segue abaixo declarações públicas do Sr. Carlos Afonso do CGI.br

Vivia questionando a "destinação dos recursos arrecadados pela venda do serviço de registro de domínio"; chamava o Comitê Gestor de "um grupo de voluntários"; deborçava da falta de transparência, "o processo de eventual criação dessa nova entidade (NIC.br), tem sido conduzido a portas fechadas, o que não chega a ser no vidade" (clique aqui) E ainda "...lamento que não haja informações nos sites da Fapesp e do Comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino" e sobre o dinheiro que sumiu: "Precisamos ter informações sobre o que é feito com o dinheiro arrecadado". (clique aqui)

Mas depois que entrou em 2003 neste "seleto grupo do CGI.br" (clique aqui) e a ONG particular Nic.br (clique aqui) e após ter entrado outros R\$ 90 milhões no bolso do grupo, nada divulgou sobre o destino deste dinheiro e logicamente ainda co-assinou a permanência por mais três anos no "embolsamento" a título de gastos. (clique aqui). Supõe-se que deve ter gostado da partilha dos milhões que supostamente sumiram

Na eleição de 2007 o Sr. Carlos Afonso foi um dos 4 que alegaram que a eleição ultra secreta do CGI.br de 1 ano de duração tinha na realidade "Prazo muito curto". Estamos propondo reeleger os atuais representantes titulares ... para mais um mandato de três anos" (clique aqui). Em outras palavras queriam melar a eleição para evitar que estranhos entrem na suposta partilha.

Supõe-se que a ONG carioca RITS de propriedade do Sr. Carlos Afonso receba polpa das doações do CGI.br (dinheiro extorquido dos internautas) e portanto sempre irá defender com unhas e dentes estas doações.

Durante a Gestão do Sr. Carlos Afonso no CGI.br (2003-2006) acontecerem uma série de "supostas" (hehehehe!) maracutaias mas você internauta o que faria? Denunciaria qual item?

- [] o sumiço da metade de R\$ 250 milhões?
- [] os R\$ 50 milhões pagos pelo Google ao CGI?
- [] o embolsamento de R\$ 30 milhões / ano ?
- [] a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias?
- [] o pagamento a mais de R\$300 mil em ISS? (permite lavar R\$ 6 milhões, basta d

depositar na conta da ONG.

- [] os leilões irregulares de milhares de domínios genéricos?
- [] o pagamento de R\$ 500 mil para ser agente de chaves públicas?
- [] arrecadar R\$ 250 milhões sem emitir NF e sem pagar impostos, apesar do Juiz concluir que a atividade é privada.
- [] Publicar resolução falsa no D.O.U. Diário Oficial da União
- [] Induzir internautas e juizes a utilizarem um documento frio a Resolução 2/2005 que regulamenta toda a internet Brasileira, mas não existe porque a publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União foi barrada em 2005!
- [] melar as eleições do CGI.br para evitar que outros entrem na partilha dos R\$ 30 milhões de reais / ano?
- [] agraciar com centenas de domínios de alto valor para quem denuncia as maracutaias do CGI.br ao Ministério Público?
- [] induzir 1,4 milhões de internautas ao crime de sonegação fiscal ao cobrar R\$ 250 milhões em boletos sem Nota Fiscal.
- [] ou o grupinho do Paraná que em 1999 o CGI.br extorquiu R\$ 40 mil em "retribuições", negaram a fornecer Nota Fiscal e depois ainda descobriu-se que simplesmente o dinheiro pago sumiu e sequer o imposto de renda foi pago, lesando o erário.

Todos os integrantes do CGI.br foram intimados para comparecer (desde 2005) na 7ª Delegacia de Lapa SP (processo 050060353642-0000. [clique aqui](#)) que está averiguando o sumiço da metade dos R\$ 250 milhões. Esperamos que o Sr. Carlos Afonso vá acompanhado de todos os integrantes do CGI.br e aproveitarem para esclarecer também a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e o pagamento a mais de R\$ 300 mil em ISS que dá direito a lavar R\$ 6 milhões de reais. ([clique aqui](#))

Caso você, internauta, saiba aonde foi parar esta montanha de dinheiro (mais de R\$ 100 milhões) informe a 7ª Delegacia de Polícia de Lapa (11) 3864 7445 R. Camilo, 317 SP/SP. Os milhares de proprietários de mais de 1 milhão de domínios registrados no Brasil que pagam R\$ 30,00 cada / ano irão te agradecer. Veja um dos depoimentos na Polícia sobre o sumiço de mais de R\$ 100 milhões ([clique aqui](#)).

Em resposta a "Denúncias do CGI.br são falsas" ([clique aqui](#)) a Abusando publicou "Denúncias do CGI.br são verdadeiras" ([clique aqui](#)) copie e reproduza nas suas listas ou no orkut. A seguir o CGI.br ([clique aqui](#)) tenta justificar porque os megaleilões de domínios do NIC.br caíram nos feriados!. Algumas toupeiras alegam "coincidência cair no feriado". Mas só houve 5 leilões NIC.br nos últimos 2 anos e TODOS caíram no feriado! ([clique aqui](#)). Além de um monte de lorotas ([clique aqui](#)) não informam o que 39 milhões de internautas brasileiros querem saber: "aonde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões de reais?" Se é que a outra metade ainda existe!

Reproduzimos algumas partes.

CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil, vem a uma década falando sobre siglas estranhas como: gTLDs, CERT.br, PTT.br e CETIC.br, TICs, viagens para Mar Del Plata, Tunísia e outros. Não adianta o CGI.br gastar tempo com lorotas, 21 milhões de internautas brasileiros querem saber aonde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões e porque a outra metade está apodrecendo até hoje! Se é que ainda existe... Porque emitiram 200 mil Notas Fiscais Frias e porque pagaram a mais R\$ 300 mil em ISS que dá direito a lavar R\$ 6 milhões de reais por ano, basta depositar o dinheiro sujo na conta bancária da ONG particular NIC.br de propriedade dos integrantes do CGI.br que o ISS já está pago e imposto é isento..

O CGI.br insiste em afirmar que foi coincidência os leilões milionários de domínios caírem nos feriados.

Veja os últimos 5 leilões manipulados de domínios que sequer foram publicados no D.O.U. - Diário Oficial da União.

- 1. leilão NIC.br 03/06/2006 15:00 a 18/06/2006 15:00 (feriado Corpus Christi)
- 2. leilão NIC.br 07/10/2006 15:00 a 22/10/2006 15:00 (feriado Dia das Crianças)
- 3. leilão NIC.br 10/02/2007 15:00 a 25/02/2007 15:00 (feriado Carnaval)
- 4. leilão NIC.br 02/06/2007 15:00 a 17/06/2007 15:00 (feriado Corpus Christi)
- 5. leilão NIC.br 06/10/2007 15:00 a 21/10/2007 15:00 (feriado Dia das Crianças)

Porque nos feriados? Poucas pessoas participam e fica mais fácil manipular o resultado. Quando o internauta ou proprietário de empresa voltar e descobrir que o domínio já está com outro é tarde demais (dormiu no feriado!). A data mais imp

567
2

ortante é a data limite, que sempre cai no domingo. Se alguém der o lance no domingo o outro concorrente anterior sequer é informado quem foi que deu o lance e sim somente que perdeu por concorrência com um desconhecido. A auditoria é dispensado assim que termina o leilão, mas os domínios são manipulados até 30 dias após o leilão, quando a auditores já estão em casa descansando (auditoria é um engodo só para mostrar seriedade nos processos judiciais) Para dificultar qualquer controle as consultas dos cerca de 60 mil domínios (em cada) são limitadas a 40 domínios por vez, e pior ainda nunca houve uma publicação do resultado do leilão na internet ou a legalização no D.O.U Ainda incluíram regras obscuras nas quais o CGI.br decide quem pode ou não ficar com um domínio genérico e na realidade são os mais importantes porque não podem ser registrados no INPI e tem alto valor no mercado (até R\$ 150 mil). Regras dos leilões veja aqui e aqui

No "Comunicado a respeito de difamações contra o CGI.br" (clique aqui), o CGI.br alega que "já houve condenações desse grupo que faz essas difamações". Como o CGI.br pode mentir tão descaradamente? Aonde estão as condenações? Sequer conseguiram ordem judicial para desativar o domínio original, bem brasileiro, www.interjuris.com.br (clique aqui) e antecessor da associação abusando.org e ativo já por quase 5 anos. Pior perderam a ação judicial quando tentaram tirar do ar o site interjuris.com.br. (clique aqui)

Referente a ação abaixo descrita:

"O conteúdo deste site parece estar de acordo com o direito constitucional de manifestação do pensamento" www.tj.sp.gov.br 583.00.2007.222626 21ª. Vara Cível - 20 integrantes do CGI contra 3 da Abusando. (clique aqui)

Segue as recentes "mutretas" do CGI.br da qual o Sr. Carlos Afonso faz parte. Es tranho que tudo acontece na calada da noite. A TV sensacionalista vive anunciando outros grupos que também agem na calada da noite.

Presente de Natal - A ONG particular NIC.br prevendo que em breve vão cair e ao mesmo tempo não satisfeitos em embolsar somente R\$ 40 milhões por ano (1,4 milhões de domínios x 30,00 ano), resolvem por ordem de seus donos o CGI.br (que são os mesmos, hehehehe) e sem sequer publicar no D.O.U. (Diário Oficial da União) antecipar em até 10 anos a cobrança da retribuição do serviço de "cadastro automático de domínios" no computador. É como cobrar adiantado por 10 anos o aluguel do inquilino de um imóvel mesmo sabendo que o imóvel irá ser vendido no mês seguinte. Para sacanear os milhões de internautas pagantes encurtaram de 30 para 15 dias o prazo entre o registro e o congelamento (é congelado caso não seja pago 1 ano adiantado). Só estes 15 dias já dá um aumento de caixa de R\$ 1,5 milhões (antecipação de Natal hohoho!) Tudo na surdina! E aonde vai este dinheiro? Segundo a resolução 01/05 cai direto no bolso do CGI.br a título de gastos. Nem os 25 funcionários precisam pagar. A Fapesp paga por estarem assumindo o polo passivo das ações judiciais clique aqui 27/12/7

E aonde está indo os R\$ 1,5 milhões que entraram a mais com a jogada dos 15 dias, além dos milhões adicionais com a retribuição antecipada de até 10 anos tudo somado aos habituais R\$ 3 milhões mensais (1,4 milhão de domínios x R\$ 30,00 / ano)? Uma parte em um resort alugado para "doutrinar" todos os integrantes do CGI.br. pois eles vão ter o arduo trabalho em janeiro 2007 de convencer os internautas que estão sendo útil (após 12 anos de embolsamento) e que a metade dos R\$ 250 milhões não sumiu mas evaporou sem querer. Será que mais de 1 milhão de internautas ávidos em pagar taxinhas de R\$ 30,00 / ano concordam que seja aplicado em um resort para lazer em vez de inclusão digital nos seus estados conforme declaração do CGI.br? (aqui) (28/12/07)

O ano 2008 promete grandes embolsamentos: A ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br resolve em 14/12/2007 (sem que haja alguma publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União), cobrar pela alocação dos blocos de IPs essenciais para que uma empresa ou provedor possa atuar na área de internet no Brasil (clique aqui), isto, após 12 anos sem custos porque é equivalente ao monopólio de liberação de senhas para várias filas. Existe uma previsão de receita ADICIONAL para o CGI (cerca de R\$ 4,2 milhões/mes) para os integrantes do CGI.br "embolsarem", todos os meses, a título de gastos e dar risadas dos pobres brasileiros pagantes. Parece "paura sobre o CGI.br" uma suspeita que os provedores devam estar ganhando montanhas de dinheiro com os IP's e que não custa repassarem um pouco deste lucro para os integrantes do CGI.br cobrirem o rombo da festa de fim de ano. Tudo isto baseado na "irregular resolução de 01/2005" clique aqui, contrariando o Art 9º do Decreto Nº 4.829, de 03/09/2003 que diz: "O CGI.br não enseja qualquer espécie de remuneração" (clique aqui) A Resolução 02/05 que deveria

568
R

regulamentar toda as cobranças e normas na internet sequer foi publicada no D.O. U só em jornais! (09/01/08)

O que é congelamento de domínio? É uma espécie de Lista Negra que informa publicamente que não foi paga a taxa de extorsão adiantado de R\$ 30,00 / ano. Sequer p restam algum serviço e em 15 dias já vai para a lista negra pública. O site e e-mail da empresa param de funcionar e se não pagar urgente a taxa de extorsão a empresa poderá ter prejuízos enormes! Como o monopólio do registro ".br" está nas mãos de uma ONG particular de propriedade do CGI.br não tem como escapar. Para o CGI.br poder embolsar mais em menos tempo foram paulatinamente encurtando desde 30/07/1999 o prazo de 180 dias de congelamento para máximo 6 dias em 11/2007. Isto porque ainda é cobrado adiantado em 1 ano! (27/12/07)

Os integrantes do CGI.br/NIC.br (são os mesmo) atestam em Ata Notarial assinada no 7. tabelião de Curitiba terem pleno conhecimento das supostas maracutaías do CGI.br/NIC.br descritas neste site. A partir de 24/07/2007 às 12:43 TODOS os integrantes do CGI.br são obrigados a denunciar ao Ministério Público TODAS as maracutaías descritas neste site sob pena de serem coniventes. Será que eles vão se auto-denunciar? Mas quem fizer isto possivelmente será excluído da partilha de R\$ 40 milhões ano (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00). São quase 40 embolsadores, (clique aqui) perfazendo cerca de R\$ 1 milhão cada / ano embolsados a título de gastos, conforme resolução 01/05 clique aqui processos.html) Até parece a estória de Ali Demi Babá e os 40 embolsadores. Quem não conhece esta estória?

Mas quem é CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil?

- CGI.br não é órgão ou entidade federal e não representa o ministério,
- CGI.br não representa órgãos federais da Administração direta,
- CGI.br sequer tem personalidade jurídica.

Veja: Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR (anexo 12)

Com tudo isto poderiam assinar alguma resolução no D.O.U - Diário Oficial da União?

Parecer de procurador 16/11/2003: "... Ocorre que toda a estrutura e a infra-estrutura montadas a partir do Comitê Gestor Internet do Brasil padecem de uma grave insuficiência jurídica. Com efeito, a portaria interministerial em questão não possui lastro ou fundamento legal..." e "...decreto presidencial que viabiliza a inovação da ordem jurídica à margem da lei..." (clique aqui)

As supostas ilegalidades e processos judiciais do CGI.br pode ser vista no: <http://www.abusando.org/denuncias/processos.html>

e principais denúncias:

<http://www.abusando.org/denunciasgraves/>

Quando acessar clique em "salvar como" na sua máquina, para manter uma cópia local.

]Abusando.ORG

Para quem possa interessar:

Este e-mail tem cunho particular sobre denúncias encontradas no site abusando.org.

Cordialmente.

Ronaldo Cardonetti
cardonetti.com

From: "Carlos Afonso" <ca@rits.org.br>

Sent: Monday, January 14, 2008 4:09 PM

To: <cg-core@cgi.br>

Cc: <hostmaster@registro.br>; <contato@safernet.org.br>; <cert@cert.br>; <gabmin@mct.gov.br>; <abdi@abdi.org.br>; <agencia@camara.gov.br>; <djctq.snj@mj.gov.br>; <cedpa@camara.gov.br>; <atheniense@gmail.com>; <ouvidoria@camara.gov.br>; <acc@tcm.sp.gov.br>; <regobarrosadv@globo.com>; <agencia@senado.gov.br>; <etica@planalto.gov.br>; <tv@stf.gov.br>; <faleconosco@cade.gov.br>; <crimes.internet@dpf.gov.br>; <eticanatv@camara.gov.br>; <radiojustica@stf.gov.br>; <denuncias@abusando.org>; <esp_pl@tce.sp.gov.br>; <webgab@mct.gov.br>; <adcon@tcu.gov.br>; <secom@planalto.gov.br>; <tbrasil@transparencia.org.br>; <dpdc@mj.gov.br>; <cidadao@cam

ara.gov.br>; <zpierdona@prsp.mpf.gov.br>

Subject: Re: [CG-CORE] Denuncia Internet

> Caríssima, com certeza. Considerando que as denúncias partem sempre da
> mesma fonte (um grupo empresarial do Paraná) e com os mesmos argumentos,
> é importante ler a declaração conjunta dos conselheiros do CGI.br sobre
> o assunto, feita em setembro de 2007 e publicada no sítio Web do CG,
> para irmos nivelando informações desde já.
>
> [] fraterno e seja muito bem vinda!
>
> --c.a.
>
> Amparo Araújo wrote:
>> Caros Todos e Todas,
>>
>> Espero que na reunião prevista para dia 17 possamos esclarecer de forma defin
ifitiva o porque da continuidade desse tipo de denuncia continuar surgindo sempr
e na internet e nos colocando em situações de ter que sempre responder a questio
namentos em publico em locais mais inesperados.
>>
>> Amparo Araújo
>> Suplente"quando os problemas são muito grandes,os desafios tornam-se apaixon
ntes.Dom Helder Câmara.

> Date: Fri, 11 Jan 2008 19:00:26 -0200
> From: ca@rits.org.br
> To: hostmaster@registro.br
> CC: adcon@tcu.gov.br; cert@cert.br; gabmin@mct.gov.br; abdi@abdi.org.br; agenc
ia@camara.gov.br; djctq.snj@mj.gov.br; cedpa@camara.gov.br; atheniense@gmail.com
; ouvidoria@camara.gov.br; acc@tcm.sp.gov.br; regobarrosadv@globo.com; agencia@s
enado.gov.br; etica@planalto.gov.br; tv@stf.gov.br; faleconosco@cade.gov.br; cri
mes.internet@dpf.gov.br; eticanatv@camara.gov.br; radiojustica@stf.gov.br; denun
cias@abusando.org; esp_pl@tce.sp.gov.br; webgab@mct.gov.br; contato@safernet.org
.br; secom@planalto.gov.br; tbrasil@transparencia.org.br; cg-core@cgi.br; dpdc@m
j.gov.br; cidadao@camara.gov.br; zpierdona@prsp.mpf.gov.br
> Subject: Re: [CG-CORE] Denuncia Internet

>
> Prezados e prezadas,
>
> Envio esta mensagem por iniciativa pessoal, em resposta a mais uma das
> infundáveis e infundadas denúncias de um grupo empresarial do Paraná
> envolvendo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Como as
> denúncias se repetem com os mesmos argumentos, continua válido o texto
> de esclarecimento que publicamos em setembro de 2007 no sítio Web do
> CG.br, e que tomo a liberdade de reproduzir abaixo.
>
> []s fraternos
>
> Carlos A. Afonso
> conselheiro titular do CGI.br
> representação do terceiro setor
>
> --- início do texto publicado pelo CGI.br ---
>
> Declaração dos conselheiros do CGI.br sobre difamações contra a entidade
>
> Em relação à mensagem caluniosa e difamatória contra o Comitê Gestor da
> Internet no Brasil que circulou recentemente na Internet os conselheiros
> do CGI.br esclarecem que:
>
> "Essas denúncias infundadas não surgiram agora. É fundamental entender a
> origem e também por que sempre é o mesmo grupo que faz essas acusações
> (o que já deveria levantar suspeitas sobre as razões reais disso), que
> essencialmente são as mesmas com pequenas variações na montagem dos
> parágrafos.

>
> Essas mensagens são parte de uma campanha feita por um grupo empresarial
> do Paraná que teve seus interesses comerciais contrariados pela forma
> com que o CGI.br administra nomes e números no Brasil. Há alguns anos,
> esse grupo registrou uma quantidade enorme de nomes de domínio (não há
> limite para o número de domínios que uma empresa pode registrar sob o
> mesmo CNPJ), com a intenção de tornar-se revendedores de nomes de
> domínio (tornando-se um "registrar", que é uma intermediador de
> domínios, tanto de gTLDs -- domínios genéricos globais -- como de alguns
> domínios de países - os ccTLDs -- que optaram por transformar seus
> domínios nacionais em mercadorias, algumas vezes geridos por empresas
> estrangeiras, tal como se fossem gTLDs).

>
> No Brasil não existem "registrars" para o domínio ".br", havendo somente
> uma entidade registradora ("registry"), o Registro.br, sob gestão do
> NIC.br e orientação do CGI.br, que distribui os domínios sob o ccTLD
> ".br" sem finalidade lucrativa e com os cuidados necessários para que
> este seja preservado como a identidade do Brasil na Internet e não como
> uma mercadoria. Quem vê um domínio ".tv", ".st" ou ".fm", dentre alguns
> outros, não sabe a que país se refere -- são domínios que viraram
> domínios comerciais globais; seus respectivos países perderam sua
> identidade na Internet. Por exemplo, o domínio ".tv", hoje usado por
> emissoras de televisão de todo o mundo, é de Tuvalu. Por outro lado, o
> ".br", como o ".ca", o ".de" e muitos outros, são administrados com a
> visão de identificar cada domínio com seu país. E o ".br" vai além -- é
> administrado sem fins de lucro e com a visão de ser um bem da
> comunidade, com uma governança pluralista. Essa é uma conquista
> sacramentada desde a criação do CGI.br em 1995, e aprofundada a partir
> de 2003 com a eleição dos conselheiros não governamentais por seus
> próprios grupos de interesse.

>
> É claro que nada impede que duas entidades negociem entre si o repasse
> de um domínio de uma para outra, mas isso não envolve o CGI.br e não é
> homologado pelo CGI.br -- se houver problema nessa transação, nada o
> CGI.br poderá fazer para reverter o processo se a transferência do
> domínio seguiu as normas claramente estabelecidas pelo Registro.br.

>
> O fato é que, ao tentarem registrar um domínio, as empresas brasileiras
> muitas vezes percebiam que o mesmo já estava registrado por esse grupo
> empresarial paranaense. Se não houvesse base legal para lutar pelo nome
> (como no caso de marcas registradas, nomes amplamente conhecidos como
> identificando determinada empresa etc), as empresas, ante o preço
> extorsivo cobrado por esse grupo, simplesmente buscavam outro domínio
> similar disponível e o registravam pelo valor padrão anual do
> registro.br. Isso acabou levando o negócio do grupo ao fracasso, e desde
> então este trava uma guerra suja contra o CGI.br para tentar mudar
> radicalmente as normas -- com o propósito de simplesmente transformar o
> CGI.br em uma empresa negociadora de domínios, mudando as regras segundo
> os interesses do mercado e não do país.

>
> Auditoria

>
> A análise detalhada dessa saraivada de acusações totalmente infundadas
> toma tempo
> (trabalho que vem sendo exaustivamente feito pelo setor jurídico do
> CGI.br em vários processos judiciais sendo movidos contra o grupo), mas
> alguns pontos são óbvios:

>
> - Desde que o registro de domínios no país começou a ser pago, há cerca
> de 10 anos, com a administração feita por um projeto da Fapesp em acordo
> com o CGI.br recém criado, as contas desse processo são rigorosamente
> auditadas e publicadas.

>
> - Com o início da administração de nomes e números pelo NIC.br, a partir
> de 2006, manteve-se rigorosamente o processo de auditoria. Lembremos que
> desde 2004 o CGI.br é uma organização pluralista com membros escolhidos
> por eleições de todos os setores não governamentais (empresariais,
> acadêmicos e terceiro setor) e seria muito ingênuo imaginar que todos
> esses membros, com tal diversidade e sendo voluntários, estariam
> compactuando com as supostas irregularidades sistematicamente forjadas

> pelo grupo paranaense ao longo dos últimos anos.

>
> - Outras acusações, como a falácia que as liberações de domínios sempre
> ocorreriam em feriados, não se sustentam. No caso da liberação de
> domínios existentes, basta pegar um calendário e conferir, lembrando que
> esses processos de liberação não são feitos de surpresa em um único dia,
> mas seguem rigorosamente regras claras explicadas em detalhe no sítio
> Web do CGI.br. Isso incomoda profundamente o grupo, que perde domínios
> por frequentemente usar CNPJs forjados ou "laranjas", ou por não pagar
> as anuidades devidas, e esses domínios entram no processo de liberação
> para que outras entidades possam usá-los (note bem: pagando apenas a
> anuidade padrão do CGI.br).

>
> Por exemplo, considerando a data de elaboração deste texto (10/9/2007),
> o próximo processo de liberação anunciado no sítio Web do registro.br
> ocorrerá de 06/10/2007 às 15:00 a 21/10/2007 às 15:00 -- um total de
> duas semanas corridas -- e a lista de domínios disponíveis para
> liberação será publicada em 01/10/2007. Mesmo com feriados ou fins de
> semana no meio (o que não é surpresa que ocorra em duas semanas
> corridas), convenhamos: há tempo suficiente para qualquer empresa
> candidatar-se a um domínio disponível para liberação.

>
> Em resumo, nada resiste às bravatas e acusações do grupo. Para quem
> duvida e prefere acreditar em acusações completamente sem pé nem cabeça
> (basta ler em detalhe e prestar atenção para ver que são repetitivas,
> sempre a mesma coisa, e as "provas" são um amontoado de asneiras feitas
> para confundir quem não está informado sobre o que faz o CGI.br desde
> sua criação em 1995), basta verificar a abundante informação nos
> próprios sítios Web do CGI.br.

>
> Ações Cíveis e Penais

>
> Todos os conselheiros concordaram que o CGI.br deve mover ações cíveis e
> penais contra o grupo, o que está sendo feito há algum tempo. Afinal, é
> a instituição como um todo que está sendo atacada, e não um ou outro
> conselheiro ou funcionário. Já houve condenações e ultimamente eles
> adotam inclusive o método de forjar emails de conselheiros para enviar
> mensagens com as mesmas denúncias de sempre (mais um ilícito penal),
> tendo inclusive movido seus sítios Web para servidores no exterior, ao
> serem impedidos pela Justiça de mantê-los no Brasil.

>
> Só esperamos que as campanhas dos candidatos de todos os setores aos
> cargos de conselheiros do CGI.br não adotem métodos similares, ou ecoem
> esse tipo de jogo sujo -- na verdade, com isso acabarão desmoralizados
> rapidamente e, se mesmo assim forem eleitos, terão que compartilhar a
> mesa com os outros conselheiros que estarão lá (tanto os de governo, que
> não serão trocados agora, como os que forem reeleitos) -- uma situação
> no mínimo constrangedora ante os fatos. Não se ganha nada em remuneração
> financeira como conselheiro do CGI.br, apenas muito trabalho voluntário
> se quiserem participar a sério da governança da Internet no país.

>
> Por fim, é importante dizer que o CGI.br não é perfeito (nada é
> perfeito). Já conquistamos muita coisa (os projetos CERT.br, PTT.br e
> CETIC.br são bons exemplos), mas estamos em doloroso processo de
> separação da Fapesp (em que esta retém os recursos excedentes do CGI.br,
> essenciais para uma política de apoio a projetos de alavancagem das TICs
> para o desenvolvimento humano no país) que ainda não foi concluída, e é
> preciso consolidar a legislação que deu vida a esta parceria pluralista
> única para a governança de um bem comum no Brasil, hoje considerada
> mundialmente como um modelo excepcional em seu campo, para que seja
> perpetuada e melhorada ainda mais.

>
> 10 de setembro de 2007

>
> Assinam os conselheiros do CGI.br (em ordem alfabética de nomes):

>
> Alexandre Annenberg Neto (setor empresarial)
> Antonio Alberto Valente Tavares (setor empresarial)
> Augusto César Gadelha Vieira (Ministério da Ciência e Tecnologia)
> Carlos Alberto Afonso (terceiro setor)

> Cássio Jordão Motta Vecchiatti (setor empresarial)
 > Demi Getschko (notório saber)
 > Gustavo Gindre Monteiro Soares (terceiro setor)
 > Henrique Faulhaber (setor empresarial)
 > José Alexandre Novaes Bicalho (suplente. Anatel)
 > José Roberto Drugowich de Felício (CNPq)
 > Luci Pirmez (comunidade científica e tecnológica)
 > Luiz Fernando Gomes Soares (comunidade científica e tecnológica)
 > Manoel Fernando Lousada Soares (Min.Desenv., Indústria e Comércio Exterior)
 > Marcelo Andrade de Melo Henriques (Ministério da Defesa)
 > Marcelo Bechara de Souza Hobaika (Ministério das Comunicações)
 > Marcelo Fernandes Costa (terceiro setor)
 > Mário Luis Teza (terceiro setor)
 > Nelson Simões da Silva (comunidade científica e tecnológica)
 > Nivaldo Cleto (suplente, setor empresarial)
 > Omar Kaminski (suplente, comunidade científica e tecnológica)
 > Plínio de Aguiar Junior (Anatel)
 > Roberto Francisco de Souza (suplente, terceiro setor)
 > Rodrigo Ortiz Assumpção (suplente, Min.Planejamento, Orçamento e Gestão)
 > Rogério Santanna dos Santos (Min.Planejamento, Orçamento e Gestão)"
 >
 > --- fim do texto publicado pelo CGI.br ---
 >
 > Dotcom Express wrote:
 > > Em breve no You Tube: abusandoorg (subscribe)
 > >
 > > As denúncias já qualificadas e investigadas pela Polícia Federal e
 > > Ministério Público em breve estarão disponíveis no You Tube através
 > > de entrevistas ao vivo com juizes, advogados e políticos que
 > > comprovam a ilegalidade do CGI e NIC.br.
 > >
 > > Aguardem!
 > >
 > > abusando.org
 >

Date: Tue, 18 Dec 2007 12:38:15 -0200

From: "Jorge Modesto" <modesto.jorge@gmail.com>

To: juridico@abusando.org

Cc: "Grupo de Resposta a Ataques Caixa Econômica Federal" <gra@caixa.gov.br>,
"Polícia Federal" <urcc.cgpfaz@dpf.gov.br>,
"Polícia Federal Crimes na Internet" <crimes.internet@dpf.gov.br>,
"Centro de alteração de resultados de crimes na Internet." <cert@cert.br>

>,
"EUA ? US-Cert" <soc@us-cert.gol>,
"Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos MPF PR/SP" <sgsuiama@prsp.mpf.gov.br>,
"Cyber Crimes PR" <cibercrimes@pc.pr.gov.br>,
"Cyber Crimes SP" <dig4@policia-civ.sp.gov.br>,
"Cyber Crimes SP" <4dp.dig.deic@policiacivil.sp.gov.br>,
"Cyber Crimes RJ" <drci@policiacivil.rj.gov.br>,
"Cyber Crimes DF" <dicat@pcdf.df.gov.br>,
"Cyber Crimes ES" <nureccel@pc.es.gov.br>,
"Perícia Forense Computacional Raffael Vargas" <raffaelvargas@hotmail.com>

m>,
cedpa@camara.gov.br, agencia@senado.gov.br, gabmin@mct.gov.br,
webgab@mct.gov.br, dpdc@mj.gov.br, djctq.snj@mj.gov.br,
eticanatv@camara.gov.br, ouvidoria@camara.gov.br,
denuncias@abusando.org, adcon@tcu.gov.br, esp_pl@tce.sp.gov.br,
acc@tcm.sp.gov.br, zpierdona@prsp.mpf.gov.br, agencia@camara.gov.br,
cidadao@camara.gov.br, faleconaco@cade.gov.br,
secom@planalto.gov.br, tbrasil@transparencia.org.br,
radiojustica@stf.gov.br, tv@stf.gov.br, denuncia@prsp.mpf.gov.br,
denuncia@prdf.mpf.gov.br, etica@planalto.gov.br

Subject: Denúncia de invasão - senhas bancárias de clientes do Banco Caixa Econômica

Denúncia de invasão em máquina locado nos EUA para obter ilicitamente senhas bancárias de clientes do Banco Caixa Econômica.

E-mail particular enviado para:

Grupo de Resposta a Ataques Caixa Econômica Federal <gra@caixa.gov.br>;

Polícia Federal <urcc.cgpfaz@dpf.gov.br>;

Polícia Federal Crimes na Internet <crimes.internet@dpf.gov.br>;

Centro de alteração de resultados de crimes na Internet. <cert@cert.br>;

EUA ? US-Cert <soc@us-cert.gol>;

Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos MPF PR/SP
<sgsuiama@prsp.mpf.gov.br>;

Cyber Crimes PR <cibercrimes@pc.pr.gov.br>;

Cyber Crimes SP <dig4@policia-civ.sp.gov.br>;

Cyber Crimes SP <4dp.dig.deic@policiacivil.sp.gov.br>;

Cyber Crimes RJ <drci@policiacivil.rj.gov.br>;

Cyber Crimes DF <dicat@pcdf.df.gov.br>;

Cyber Crimes ES <nureccel@pc.es.gov.br>;

Perícia Forense Computacional Raffael Vargas <raffaelvargas@hotmail.com>;

cedpa@camara.gov.br; agencia@senado.gov.br; gabmin@mct.gov.br;

webgab@mct.gov.br; dpdc@mj.gov.br; djctq.snj@mj.gov.br; eticanatv@camara.gov.br;

ouvidoria@camara.gov.br; denuncias@abusando.org; adcon@tcu.gov.br; esp_pl@tce.sp.gov.br; acc@tcm.sp.gov.br; zpierdona@prsp.mpf.gov.br; agencia@

camara.gov.br;cidadao@camara.gov.br;faleconosco@cade.gov.br;secom@
planalto.gov.br;tbrasil@transparencia.org.br;radiojustica@stf.gov.br;tv@
stf.gov.br;denuncia@prsp.mpf.gov.br;denuncia@prdf.mpf.gov.br;etica@
planalto.gov.br;

Declaração:

Eu Jan Struiving, RNE W024569Q e CPF 201.978.619-20, residente e domiciliado no endereço Trav. Alcídio Rocco 5, no bairro Afonso Pena CEP 83045-160, São José dos Pinhais, Paraná e Jorge Modesto RG: 161.473-8, CPF: 274.212.879-49. Mateus Leme 6386 CEP 82.130-000 Curitiba PR

Declaramos que:

Em 24/10/07 foi-nos comunicado que em maquina locada nos EUA (IP 66.240.252.80 e 66.240.252.128), de uso compartilhado, houve uma tentativa de "scanport", (verificação de fragilidades no sistema bancário da Caixa Econômica). Foi solicitado ao mantenedor da maquina para que se fizesse as devidas verificações sendo que nada foi localizado.

Posteriormente em 11/12/07, foi-nos comunicado que houve um sistema de "phishing" simular as paginas do site do Banco Caixa Econômica para através de desvios ilegais obtidos em invasão em outros provedores obter senhas bancárias de acesso ao banco.

Sobre os Fatos

A invasão ocorrida de na máquina locada e compartilhada por integrante da Abusando - Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios e ao que parece existe um sistema de obtenção de senhas de clientes do Banco Caixa Econômica através de "phishing" foi devidamente notificado para a Justiça e a Polícia.

Existem grandes suspeitas que a invasão tenha sido "encomendada" pelo CERT "Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil" uma divisão do mega grupo empresarial CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil criada para justificar o "embolsamento" de "retribuições forçadas" de R\$ 40 milhões/ano, através do monopólio dos integrantes do CGI.br e "legalizada" pela ONG particular NIC.Br apoiado em resoluções falsas publicadas no D.O.U. (anexo2)

Se a polícia conseguir calar os integrantes da Abusando - Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios, da qual o Jorge e o Jan fazem parte,, o CGI.br divisão CERT não irá precisar justificar o sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais, nem a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e o pagamento de R\$ 300 mil a mais em ISS que permite lavar até R\$ 6 milhões de reais, basta depositar na conta da ONG NIC.br/CERT que está lavado e limpo com ISS pago e imposto isento. (anexo1)

Das atitudes:

A máquina encontra-se bloqueado a pedido do GRA ? Grupo de Respostas e Ataques (CSIRT) da Caixa Econômica Federal. (gra@caixa.gov.br ? (61) 3206-6749 / 3206-5596 / 3206-6918), entretanto como o uso é compartilhado com outros internautas (existem vários rádios instalados) o Banco Caixa Econômica resolveu bloquear tudo e vem impedindo a liberação de informações pessoais e empresariais constantes no HD nos diretórios:

/home/jan/

/home/oxynet

/home/jails/web/var/www/sites/kanopus.com.br

/home/jails/web/var/www/sites/agenciadedominios.com

Está atitude do Banco Caixa Econômica em reter copia das informações de terceiros é extremamente grave e ilegal.

Alertamos também que o HD da máquina deve ser periciada pela Polícia Federal e nunca pelo CERT "Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil", tendo em vista que os integrantes do CERT serem os mesmos do CGI.br Comitê Gestor Internet do Brasil e estarem envolvidas em desvios monetários (anexo1) que possivelmente ultrapassa o total de desvios que hackers / crackers andaram efetuando no sistema bancário brasileiro.

Só o a venda de dados cadastrais de nomes de domínios brasileiros ao Google Inc, rendeu a integrantes do CERT/CGI.br cerca R\$ 50 milhões de reais. (anexo1)

O conteúdo do HD da máquina invadida será considerado inválido caso tenha passado antes pelo CERT. "Se o grupo falsifica até resoluções no D.O.U ? Diário Oficial da União (anexo2) o que dirá um simples HD?"

O "sumiço de metade de 250 milhões de reais", foi devidamente registrado na Polícia Federal Divisão Fazendária em 12/2005 e após o laudo de qualificação encaminhado 7ª DP de Lapa, jurisdição da Fapesp. Inquérito 147206 - Processo 050060353642-0000. Veja um dos depoimentos na Polícia sobre o sumiço do dinheiro (anexo3). O grupo CGI.br divisão CERT se nega a comparecerem na 7 Delegacia de Lapa para prestarem os esclarecimentos.

A cerca de um mês o grupo já vem tentando convencer a Polícia Federal sobre envio de "falso" SPAM. Na realidade caracterizaram com spam o envio de denúncias, tentando calar os denunciante. Também foram feitas várias denúncias ao Ministério Público e em represália o CGI.br divisão CERT abriu 6 processos judiciais e criminais por difamação, mas nada de esclarecer a

39 milhões de internautas brasileiros aonde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões, se é que ainda existe a outra metade.

Como foi tudo contabilizado como "doação de anônimos" conseguiram lubrificar até a Receita Federal e o TCU ? Tribunal de contas da União e ainda induziram os proprietários de 1,4 milhões de domínios brasileiros ao crime de sonegação fiscal por não fornecer Nota Fiscal além de posterior emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e o pagamento a mais de R\$300 mil em ISS o que dá direito a lavar R\$ 6 milhões, basta depositar na conta da ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br divisão CERT que o ISS está pago e o imposto federal é isento.

Anexo1: www.abusando.info/denunciasgraves

Anexo2: www.abusando.info/denuncias/processos.html

Anexo3: www.abusando.info/denuncias/denuncia-7dp.html

Mas quem é CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil?

*- CGI.br não é órgão ou entidade federal e não representa o ministério,

- CGI.br não representa órgãos federais da Administração direta,

- CGI.br sequer tem personalidade jurídica .

Veja: Recurso Criminal N° 2007.70.95.004446-2/PR (anexo

12<<http://www.abusando.info/denuncias/recursocriminal.html>>

)

Legalidade da Internet no Brasil

No D.O.U - Diário Oficial da União foi localizado somente a Resolução 1/2005 (clique aqui <<http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucoes.htm>>) supostamente aprovado pelo CGI.br (mas somente o coordenador do CGI.br assinou) em uma suposta reunião realizada no dia 21 de outubro de 2005 (só que em outubro de 2005 o CGI.br informa ter havido dois reuniões a saber: dia 07 e dia 28, clique aqui <<http://www.cgi.br/acoes/2005/reunioes05.htm>>), portanto supõe-se que *os integrantes do CGI.br sequer conhecem a resolução 1/2005*, além de que o texto foi gerado por um grupo empresarial chamado de CGI.br considerando que a justiça concluiu que "o CGI.br não é órgão ou entidade federal e não representa o ministério ou órgãos federais da Administração direta, ... sequer tem personalidade jurídica" (Recurso Criminal N° 2007.70.95.004446-2/PR, clique aqui<<http://www.abusando.info/denuncias/recursocriminal.html>>)

Artigos da Resolução 1/2005, publicado no D.O.U, que ocorreu em reunião fictícia e os integrantes do CGI.br sequer assinaram:

*Art. 1º - Ficam atribuídas ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC .br, a execução do registro de Nomes de Domínio, a alocação de Endereços IP (Internet Protocol) e a administração relativa ao Domínio de Primeiro Nível. *

Na realidade transfere da Fapesp para a ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br

Art. 2º - Ao NIC.br caberá efetuar o registro e o cancelamento de Nomes de Domínio de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CGI.br N° 002/2005, aprovada pelo CGI.br na reunião 21 de outubro de 2005.

Mas como a ONG particular NIC.br irá administrar a Internet Brasileira?
Se *a Resolução 02/2005 NÃO EXISTE* (sequer foi publicada no D.O.U. - Diário Oficial da União e *a reunião de 21 de outubro de 2005 NUNCA ACONTECEU e ninguém assinou nada* !!!!! (em outubro 2005 o CGI.br informa que houve dois reuniões a saber: dia 07 e dia 28 clique

aqui<<http://www.cgi.br/acoes/2005/reunioes05.htm>>)

O grupo empresarial CGI.br dá a entender que a Resolução 02/2005 foi publicada em 5/12/2005 e ainda chamam de "Resolução Publicada" (enganando internautas e advogados) mas o que ninguém sabe é que foi somente em alguns jornais e o falso texto ainda cancela a Resolução 01/98 publicada no D.O.U. *Como conseguem publicar um texto qualquer no jornal e com isto cancelar uma resolução no D.O.U? *O prazo para publicação no D.O.U. é de 6 meses a contar da assinatura, só que ninguém assinou porque a reunião não aconteceu e estamos a 2 anos após já. O CGI.br teve muito tempo para tirar do ar o texto falso mas continua enganando internautas e advogados usando os texto falsos nos processos judiciais com se fosse uma resolução.

Art. 3º - Pela execução das atribuições a que se refere o artigo 1º desta Resolução serão cobrados, pelo NIC.br, valores compatíveis com os vigentes internacionalmente, mediante prévia aprovação do CGI.br.

Nos EUA a ICANN cobra U\$ 0,25 por domínio (clique aqui<<http://www.abusando.info/denuncias/Registrar-Cost.pdf>>), enquanto aqui no Brasil o CGI.br (clique aqui<<http://www.abusando.info/denuncias/regint.html>>e aqui <<http://www.abusando.info/denuncias/comitegestor.html>>) extorque dos proprietários de 1,4 milhões de domínios R\$30,00 / ano, através da ONG NIC.br (clique aqui <<http://www.abusando.info/denuncias/ata-nic.html>>) leles.

Art. 4º - O total dos valores a que se refere o artigo anterior será utilizado para o ressarcimento das despesas tidas pelo NIC.br na execução das atribuições a que se refere o artigo 1º desta Resolução, e para promover atividades ligadas ao desenvolvimento da Internet no Brasil, mediante prévia autorização do CGI.br (que são eles mesmo!)

O grupo empresarial CGI.br faz um auto-embolsamento de R\$ 40 milhões / ano (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00 ano) contrariando o decreto N° 4.829, de 3/9/03 (clique aqui <<http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucoes.htm>>) que declara no Art. 9º "A participação no CGI.br é considerada como de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração*", No estatuto do NIC.br (clique aqui <<http://www.nic.br/estatuto>>) ainda se autodelegam polpudos pro-labores.

Como pode o CGI.br usar nos processos judiciais um decreto presidencial que cria um grupo chamado CGI.br mas usar resoluções criados 5 anos anteriores ao decreto? As resoluções 01/98 e 02/98 deveriam ter sido reeditas após o decreto presidencial que cria o CGI (3/8/03), mas sequer o foram e portanto perderam a validade após 3/8/03 entretanto continuaram usando até 4/12/05. Graças a isto nestes 3 anos outros R\$ 90 milhões de reais arrecadados como doação de anônimos sumiram e centenas de processos judiciais em todo o Brasil foram baseados em resoluções sem validade nenhuma.

Em vários processos judiciais em diversos estados a Abusando constatou a tentativa de transferência do polo passivo Fapesp para a ONG particular NIC.br usando documentos que os integrantes do CGI sequer assinaram (resolução 1/2005). (veja alguns aqui<<http://www.abusando.info/denuncias/fapespxnic.html#inicio>>). Na prática nada mudou na troca de Fapesp para NIC.br a não ser o CNPJ de cobrança nos boletos e após 10 anos ter recolhido R\$ 250 milhões sem pagar impostos (contabilizada como doação de anônimos), começaram a emitir Nota Fiscal. Mas os advogados, o endereço, os funcionários, os telefones, tudo continua como antes. Seria crime de concussão? Em troca a Fundação Fapesp continua mesmo após dois anos pagando os cerca de 25 funcionários da ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br.

Em outros processos judiciais constatamos que os internautas, advogados e juízes, são induzidos a utilizarem documentos ilegais (resolução 02/2005) que sequer existe legalmente.

Denuncie ! (clique aqui <<http://www.abusando.info/denuncias/denunciar.php>>)

caso seja constatado em seu estado o uso de documentos acima descritos nos processos judiciais envolvendo: Fapesp - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo CNPJ 43.828.151/0001-45 ou da ONG particular NIC.br - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR CNPJ 05.506.560/0001-36.

*Processos judiciais: *

1) TCU ? Tribunal de Contas da União ? www.tcu.gov.br processo TC 012.048/2001-5
contra CGI.br/Fapesp para "*apurar possíveis irregularidades ocorridas na prestação de contas dos recursos arrecadados com o registro de domínios na internet brasileira e para que fosse efetuada a fiscalização desses recursos*s*". Este processo encontra-se em fase inicial desde 2001.

Graças a esta demora a Fapesp extorquiu e contabilizou como doação de anônimos R\$ 250 milhões de reais dos internautas entre 2001 e 2005.

Veja outras dezenas de processos judiciais no anexo2*

Todos os detalhes e os links estão em www.abusando.info/denunciasgraves

Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios
Abusando - Dep. Jurídico - juridico@abusando.org

Date: Thu, 13 Dec 2007 14:34:51 -0200
From: "Jorge Modesto" <modesto.jorge@gmail.com>
To: juridico@abusando.org
Subject: Policia investiga Comitê Gestor Internet Brasil

*Policia investiga Comitê Gestor Internet Brasil

*
Este e-mail particular também foi enviado para os seguintes amigos e conhecidos: 65 senadores, 500 deputados federais, 700 deputados estaduais, 300 vereadores, 130 agências de notícias, 1100 jornais, 430 jornalistas, blogs e sites, 400 rádios AM/FM, 120 revistas, 2.300 provedores e hospedagem de sites, 130 TVs, 450 de Fundações e, portanto não pode ser considerado SPAM pelo ANTISPAM.BR <<http://antispam.br/>>, mais um "grupo" criado pelo CGI.BR <<http://cgi.br/>>, para justificar o "embolsamento" de R\$ 40 milhões por ano a título de gastos conforme a resolução 01/2005.

*Denúncia de "sumiço de metade de 250 milhões de reais", * registrado na Polícia Federal Divisão Fazendária em 12/2005 e após o laudo de qualificação encaminhado 7ª DP de Lapa, jurisdição da Fapesp. Inquérito 147206 - Processo 050060353642-0000. *Caso você saiba aonde foi parar esta montanha de dinheiro (mais de R\$ 100 milhões) informe a 7ª Delegacia de Polícia de Lapa * (11) 3864 7445 R. Camilo, 317 SP/SP. Os milhares de proprietários de mais de 1 milhão de domínios registrados no Brasil que pagam R\$ 30,00 cada / ano não te agradecer. (12/12/06) *Veja um dos depoimentos na Polícia sobre o sumiço de R\$ 100 milhões *(clique aqui<<http://abusando.info/denuncias/denuncia-7dp.html>>
*).*

Mas quem é CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil?*

- CGI.br não é órgão ou entidade federal e não representa o ministério,
- CGI.br sequer tem personalidade jurídica . Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR (clique**
aqui<<http://abusando.info/denuncias/recursocriminal.html>>
**)*

- o sumiço da metade de R\$ 250 milhões,
- os R\$ 50 milhões pagos pelo Google ao CGI,
- o embolsamento de R\$ 30 milhões / ano,
- a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias,
- o pagamento a mais de R\$300 mil em ISS (permite lavar R\$ 6 milhões, basta depositar na conta da ONG.
- as manipulações de milhares de domínios genéricos,
- o pagamento de R\$ 500 mil para ser agente de chaves públicas,
- arrecadar R\$ 250 milhões sem emitir NF e sem pagar impostos, apesar do Juiz concluir que a atividade é privada.
- Induzir internautas e juizes a utilizarem um documento frio a Resolução 2/2005 que regulamenta toda a internet Brasileira, mas NÃO EXISTE PORQUE A PUBLICAÇÃO FOI BARRADA NO D.O.U. Diário Oficial da União em 2005!
- Publicar resolução falsa no D.O.U. Diário Oficial da União 1/06 altera algo que não existe!
- melar as eleições do CGI.br para evitar que outros entrem na partilha dos R\$ 30 milhões de reais / ano,
- agraciar com centenas de domínios de alto valor para quem denuncia as

maracutaia do CGI.br ao Ministério Público,

- induzir 1,4 milhões de internautas ao crime de sonegação fiscal ao cobrar R\$ 250 milhões em boletos sem Nota Fiscal.

Todos os detalhes e os links estão em www.abusando.info/denunciasgraves

Se possível digite "salvar como" no seu computador antes que desativem o site.

Já entraram com 6 ações judiciais sobre difamação e inclusive pedido de prisão, tentando calar os denunciante. Estão tentando através da Polícia Federal barrar as denúncias por spam. Lógico o total envolve mais de R\$ 300 milhões de reais que deveria ter sido utilizado em inclusão digital nos estados mas desconfia-se que o bolso do CGI.br falou mais alto.

Integrantes do CGI.br, em vez de comparecerem na 7. Delegacia de Lapa, SP/SP (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/indexgrave.html#sumico%23sumico>)

para em 2.005 prestarem depoimento referente ao sumiço de R\$ 100 milhões (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/denuncia-7dp.html>), resolvem contra-atacar com outra representação criminal na polícia de São José dos Pinhais e de Curitiba contra integrantes da Abusando por calúnia. Este é o 4 processo contra os mesmos, mas como podem entrar com tanto processos judiciais? (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/processos.html>) Não seria melhor todos irem na 7.DP de Lapa para explicar quem sumiu com os R\$ 100 milhões e porque emitiram 200 mil Notas Fiscais frias? (30/08/07)

A ficha de antecedentes criminais do CGI.br já esta ficando extensa, quase dobrando a esquina, com alguns processos judiciais desde 2001 (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/processos.html>).
Veja *depoimento na Polícia sobre o sumiço de R\$ 100 milhões* (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/denuncia-7dp.html>)
e ainda querem trabalhar com segurança bancária! (clique aqui http://abusando.info/denuncias/index.html#cgi_br_de_olho_no_dinheiro_dos_bancos)
eliminando as empresas brasileiras do setor. . (23/08/07)

Alguém vivia questionando a "*destinação dos recursos arrecadados pela venda do serviço de registro de domínio*"; chamava o Comitê Gestor de "*um grupo de voluntários*"; debochava da falta de transparência, "* o processo de eventual criação dessa nova entidade* (*NIC.br*),* tem sido conduzido a portas fechadas, o que não chega a ser novidade*" (clique aqui <http://www.comciencia.br/reportagens/internet/net17.htm>)
E ainda ". *.lamento que não haja informações nos sites da Fapesp e do Comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino*" e sobre o dinheiro que sumiu: "* Precisamos ter informações sobre o que é feito com o dinheiro arrecadado*". (clique aqui).
<<http://www.rnp.br/noticias/imprensa/1999/not-imp-990118.html>> (23/08/07)

<<http://www.rnp.br/noticias/imprensa/1999/not-imp-990118.html>>*Mas depois que entrou *em 2003 neste "seleto grupo do *CGI.br*" (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/comitegestor.html>) e a ONG particular *Nic.br* <<http://nic.br/>>* (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/ata-nic.html>) e após ter entrado outros R\$ 90 milhões no bolso do grupo, nada divulgou sobre o destino deste dinheiro e logicamente ainda co-assinou a permanência por mais três anos no "embolsamento" a título de gastos. (clique aqui <http://abusando.info/denuncias/hp/nic-br-imprensa-clipping-2007-midia299.htm>)

*Alguns barrigudos do CGI.br *insistem e afirmar que foi coincidência os leilões milionários de domínios caírem nos feriadões.

Veja os últimos 5 leilões manipulados de domínios que sequer foram publicados no D.O.U. - Diário Oficial da União.

- 1. leilão NIC.br 03/06/2006 15:00 a 18/06/2006 15:00 (feriadão Corpus Christi)
- 2. leilão NIC.br 07/10/2006 15:00 a 22/10/2006 15:00 (feriadão Dia das Crianças)
- 3. leilão NIC.br 10/02/2007 15:00 a 25/02/2007 15:00 (feriadão Carnaval)
- 4. leilão NIC.br 02/06/2007 15:00 a 17/06/2007 15:00 (feriadão Corpus Christi)
- 5. leilão NIC.br 06/10/2007 15:00 a 21/10/2007 15:00 (feriadão Dia das Crianças)

*Porque nos feriadões? *Poucas pessoas participam e fica mais fácil manipular o resultado. Quando o internauta ou proprietário de empresa voltar e descobrir que o domínio já está com outro é tarde demais (dormiu no feriadão!). A data mais importante é a data limite, que sempre cai no domingo. Se alguém der o lance no domingo o outro concorrente anterior sequer é informado quem foi que deu o lance e sim somente que perdeu por concorrência com um desconhecido. A auditoria é dispensado assim que termina o leilão, mas os domínios são manipulados até 30 dias após o leilão, quando auditores já estão em casa descansando (auditoria é um engodo só para mostrar seriedade nos processos judiciais) Para dificultar qualquer controle as consultas dos cerca de 60 mil domínios (em cada) são limitadas a 40 domínios por vez, e pior ainda nunca houve uma publicação do resultado do leilão na internet ou a legalização no D.O.U Ainda incluíram regras obscuras nas quais o CGI.br decide quem pode ou não ficar com um domínio genérico e na realidade são os mais importantes porque não podem ser registrados no INPI e tem alto valor no mercado (até R\$ 150 mil). Regras veja aqui<http://abusando.info/denuncias/5_mega_leilao.php>e aqui<<http://abusando.info/denuncias/fraude.html>> (03/12/07)

*Legalidade da Internet no Brasil *

Só existe a Resolução 1/2005 (clique aqui<<http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucoes.htm>>) supostamente aprovado pelo CGI.br em uma suposta reunião realizada no dia 21 de outubro de 2005, que diz no:

*Art. 1ª - Ficam atribuídas ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC .br, a execução do registro de Nomes de Domínio, a alocação de Endereços IP (Internet Protocol) e a administração relativa ao Domínio de Primeiro Nível. *

Na realidade transfere da Fapesp para a ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br

Art. 2ª - Ao NIC.br caberá efetuar o registro e o cancelamento de Nomes de Domínio de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CGI.br Nº 002/2005, aprovada pelo CGI.br na reunião 21 de outubro de 2005.

Mas como a ONG particular NIC.br irá administrar a Internet Brasileira? Se *a Resolução 02/2005 NÃO EXISTE *(sequer foi publicada no D.O.U. - Diário Oficial da União e *a reunião de 21 de outubro de 2005 NUNCA ACONTECEU e ninguém assinou nada *!!!! (em outubro 2005 o CGI.br informa que houve dois reuniões a saber: dia 07 e dia 28)

O CGI diz que foi publicada. mas o que ninguém sabe é que foi em alguns jornais e a Resolução 02/2005 ainda cancela a Resolução 01/98 publicada no D.O.U. Como conseguem publicar um texto qualquer no jornal e com isto cancelar uma resolução no D.O.U?

Art. 3º - Pela execução das atribuições a que se refere o artigo 1º desta Resolução serão cobrados, pelo NIC.br, valores compatíveis com os vigentes internacionalmente, mediante prévia aprovação do CGI.br.

Nos EUA a ICANN cobra U\$ 0,25 por domínio (clique aqui<<http://abusando.info/denuncias/Registrar-Cost.pdf>>), enquanto aqui no Brasil o CGI.br (clique aqui<<http://abusando.info/denuncias/regint.html>>e aqui <<http://abusando.info/denuncias/comitegestor.html>>) extorque R\$30,00 através da ONG NIC.br (clique aqui<<http://abusando.info/denuncias/ata-nic.html>>)

Art. 4º - O total dos valores a que se refere o artigo anterior será utilizado para o ressarcimento das despesas tidas pelo NIC.br na execução das atribuições a que se refere o artigo 1º desta Resolução, e para promover atividades ligadas ao desenvolvimento da Internet no Brasil, mediante prévia autorização do CGI.br (que são eles mesmo!)

O grupo empresarial CGI.br faz um auto-embolsamento de R\$ 40 milhões / ano (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00 ano) contrariando o decreto Nº 4.829, de 3/9/03 (clique aqui <<http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucoes.htm>>) que declara no Art. 9º "* A participação no CGI.br é considerada como de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração *", No estatuto do NIC.br (clique aqui <<http://www.nic.br/estatuto>>) ainda se outodelegam polpudos pro-labores.

Em vários processos judiciais em diversos estados a Abusando constatou a tentativa de a transferência do polo passivo Fapesp para a ONG particular NIC.br usando documentos que os integrantes do CGI sequer assinaram. Em troca a Fundação Fapesp vem a 2 anos pagando os cerca de 25 funcionários da ONG particular NIC.br.

Em outros processos judiciais constatamos que os internautas são induzidos a utilizarem documentos ilegais (resolução 02/2005) que foi publicado em 5/12/2005 (mas o que os advogados e juizes não sabem é que foi em jornal comum).

Todos os detalhes e os links estão em www.abusando.info/denunciasgraves
Se possível digite "salvar como" no seu computador antes que desativem o site

Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios
Abusando - Dep. Jurídico - juridico@abusando.org

587
b

CONCLUSÃO

Em 06 de 02 de 08
faço estas conclusões em nome do Juiz de Direito
Dr.(a) Daniel Carnio Costa
Eu. Escr. subsc.

Vistos.

13 MAR 2008

I - Intimem-se pessoalmente os réus para que cessem a divulgação de mensagens relativas à autora, nos termos da decisão liminar deferida pelo Tribunal de Justiça, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 50.000,00.

II - Sem prejuízo, extraia-se cópia dos autos, encaminhando-a ao Ministério Público para as providências necessárias em relação à provável prática de crime de desobediência.

III - Solicite-se informações sobre o julgamento do agravo de instrumento.

IV - Informe o autor o andamento da carta precatória expedida para a citação do co-réu em Curitiba/PR.

Int.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2008.

Daniel Carnio Costa
Juiz de Direito

DATA
Em 7 de 2 de 08
Escr. subsc.

REMESSA

Ao Receita
Em 7/2/58 Receita
Devidendo em 1/ 58
Assinatura +